



Enfrentamentos do MP norteiam debates no Congresso Estadual

Cobertura nas páginas 6, 7 e 12

LEIA TAMBÉM

Classe se mobiliza
pela aprovação
da PEC 63

Página 9

Novos promotores
assumem posições
em comarcas do RS

Páginas 4 e 5

AMP/RS investe
em melhorias para
valorizar patrimônio

Página 11

Um Réplica histórico!



Trinta e três anos de compromisso com a informação e os associados da AMP/RS sintetizam a relevância desta centésima edição de nosso informativo impresso. Lançado em 1981, foi rebatizado como República três anos depois, firmando-se como importante veículo de divulgação e análise das questões de interesse dos membros do Ministério Público.

Nessa trajetória, a cada número, a Associação tem procurado levar ao conhecimento dos colegas tudo que de mais importante acontece no contexto associativo e institucional. São centenas de notícias, artigos, crônicas e entrevistas que traduzem os diferentes momentos do Ministério Público gaúcho, bem como o envolvimento da Associação com as questões atinentes à classe.

Pelas páginas deste produto, criado para facilitar a relação das pessoas que compõem o Ministério Público do Rio Grande do Sul com esse universo, passaram temas de toda ordem. Entre os mais importantes, os Congressos Estadual e Nacional do MP, as Semanas do Ministério Público, as lutas da classe nos Paramentos em defesa da

autonomia e da independência funcional. Retratamos vitórias e derrotas. Mas, essencialmente, procuramos reproduzir a voz e o desejo dos colegas.

Dos momentos de lazer e integração às mobilizações para grandes enfrentamentos contra setores que historicamente procuram enfraquecer a atuação do Ministério Público, tudo ganha espaço no informativo República. Foram destaque em nosso veículo de comunicação as festas e confraternizações, as grandes performances dos membros do MP/RS nos torneios nacionais de futebol society, nas competições de tênis e de corrida, por exemplo. Ainda, as obras de reforma e melhoramento em nossas sedes administrativa e campestre, as viagens das diretorias ao interior do Estado para participar das reuniões de núcleo e, também, o empenho nas diferentes esferas pelo reconhecimento das demandas remuneratórias e funcionais.

Entre tantos personagens emblemáticos nessa caminhada, um é o procurador de Justiça Mário Cavaleiro Lisbôa, recentemente aposentado. Nesta edição de número 100 do Ré-

pública, ele escreve sua 83ª crônica. A estreia foi em 1984, durante a gestão do ex-presidente Luiz Alberto Rocha, quando o Informativo era dirigido pelo desembargador aposentado Tupinambá Azevedo. Na edição 18, ele apresentou a crônica "A Baratinha", que tratava das precárias condições de limpeza dos gabinetes dos promotores de Justiça quando ainda atuavam nos fóruns.

Desde então, com humor e descontração, ele abordou temas sociais, relacionados ou não à rotina dos membros do Ministério Público, como "A Revolta dos Revoltados", no República 40; "Esoterismo", na edição 70; e "A Bancária", no número 90. Nesta edição histórica, o procurador aposentado traz a crônica "Não é de Acreditar", um tema sempre polêmico e atual.

Pois neste República nº 100, esperamos que os assuntos contemplados sirvam como ferramentas eficazes para manter os colegas atualizados acerca do que de mais importante acontece nos cenários institucional e associativo.

Boa leitura a todos!



Festividades marcam datas importantes

O Dia do Ministério Público do Rio Grande do Sul, comemorado em 29 de junho, reuniu membros do MP-RS em uma celebração na sede campestre da AMP/RS. A classe lembra a Lei 7.669/82, que criou o Dia Estadual do MP.

“O perfil atual do MP brasileiro é resultado do esforço e dedicação de gerações de agentes ministeriais que dedicaram fases importantes de suas existências para formatar e qualificar uma instituição vocacionada a defen-

der os valores democráticos”, disse o presidente da Associação, Victor Hugo de Azevedo.

O jantar homenageou três turmas de promotores que completaram mais de uma década ou quinquênio de ingresso na Instituição. Foram agraciados colegas que fazem parte do MP desde 1974 (40 anos), 1979 (35 anos) e 1984 (30 anos). Já no dia 28 de março, foi homenageada a turma de 10 anos, egressa do concurso de 2004 (foto).

HOMENAGEADOS

40 anos

Antônio Dionísio Lopes, Francisco de Assis Cardoso Luçardo, Paulo Emilio Jenisch Barbosa e Paulo Fernando S. Neves da Fontoura

35 anos

Agenor Casaril, João Batista Marques Tovo, Eduardo Wetzel Barbosa, Luiz Claudio Varela Coelho, Marciano Renan Lisboa da Silva e Maria Isabel de Azevedo Souza

30 anos

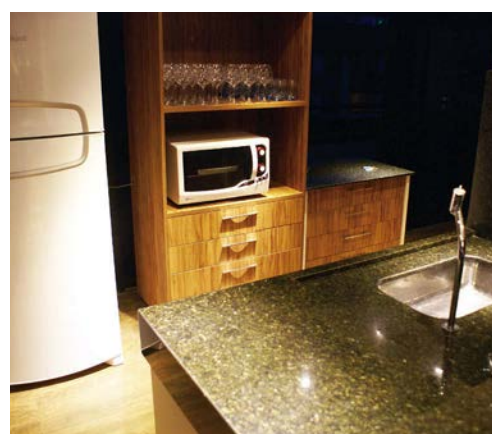
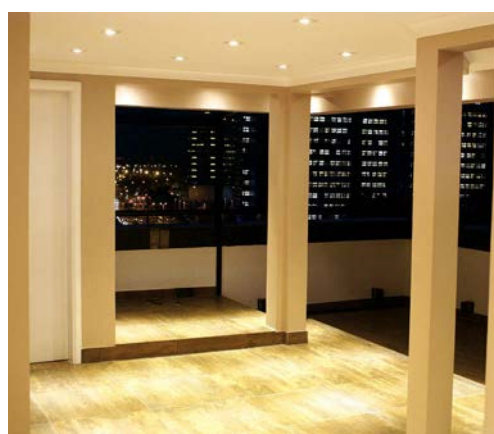
Altamir Francisco Arroque, José Túlio Barbosa e Maria Waleska Trindade Cavalheiro

Novo visual nas sedes da AMP/RS

A remodelação de espaços das sedes administrativa e campestre está oferecendo mais conforto aos associados da AMP/RS. No prédio administrativo, as reformas no salão do oitavo andar foram concluídas e envolveram a troca de todo o mobiliário e a redeção do ambiente. A área comporta cerca de 35 pessoas e agora conta com uma ligação direta para a cobertura, que foi completamente reformada.

O terraço foi repaginado e se tornou um espaço agradável, com capacidade para cerca de 20 pessoas. O novo ambiente dispõe de churrasqueira reformada, nova iluminação e equipamentos de cozinha modernos, além de vista da cidade. Na sede campestre, será remodelado o hall do Salão Nobre e feitas reformas dos banheiros.

Neste mês, a diretoria de Obras da AMP/RS iniciará a reforma da fachada da sede administrativa. Serão substituídas todas as pastilhas do edifício, conferindo um novo visual ao edifício e preservando o patrimônio dos associados.



O idealismo se renova no MP

A turma de 30 novos promotores de Justiça do Ministério Público do Rio Grande do Sul que assumiu suas funções no primeiro semestre já está atuando em comarcas gaúchas - em 15 de agosto, mais 37 promotores serão empossados. Com eles, os ideais de ser um agente transformador da sociedade se renovam. Eles ingressam no Ministério Público por meio do concurso

público aberto em 2012 e depois de concluir o Curso de Instrução, Orientação, Acolhimento e Integração, no CEAF.

Gabriel Cybis Fontana, Adriana Costa e Felipe Lisboa Barcelos conversaram com o Réplica e narraram suas trajetórias, tendo em comum a dedicação para realizar o sonho de integrar a classe e a vontade de fazer a diferença nas comunidades às quais foram designados.

GABRIEL CYBIS FONTANA

Atuação para promover mudanças sociais

Ter o trabalho como um elo de participação efetiva na vida das pessoas conduziu a escolha do jovem Gabriel Cybis Fontana para a carreira ministerial. As bases para este objetivo de vida foram plantadas pela atuação política do pai, o deputado federal Henrique Fontana, mas Gabriel encontrou no Direito a possibilidade de dar vazão ao seu ideal. O jovem de 30 anos ingressou no Ministério Público e atualmente atua como promotor designado na 1ª Promotoria de Justiça Regional da Tristeza, em Porto Alegre.

Único na família a enveredar pelo Direito, Gabriel iniciou a faculdade em 2002 e ficou impactado com as notícias da época sobre grandes operações do Ministério Público em nível federal que desarticularam esquemas de corrupção e lavagem de dinheiro. “Vi que era com uma instituição forte em que eu poderia mudar a realidade.” Gabriel logo estagiaria por um ano na Promotoria da Família, onde conviveu com os hoje colegas Juanita Termignoni e José Francisco Seabra Mendes Júnior. “São pessoas atuantes, que vieram a confirmar minha vontade.” Também por um ano conheceu o MPF, mas lá percebeu uma relação de atuação mais distante das pessoas.

SUPERANDO DESAFIOS

Formado em Direito e História, em 2007 ele foi aprovado para o cargo de assessor do MP e se transferiu para Três Coroas. “Por dois anos trabalhei com o promotor Daniel Gonçalves, um idealista assim como eu, e de atuação centrada em temas importantes para a comunidade”, elogia. Mas o destino viria a por em suspenso o sonho de Gabriel. Em 2011, sofreu um grave acidente de carro e passou seis me-



ses hospitalizado. “Refleti bastante e pensei que o plano de ser promotor era parte do passado, que estava interrompido”. Ao final de dois anos de licença para fisioterapia e reabilitação, retomou o trabalho, realocado agora como assessor na Subprocuradoria Jurídica do MP/RS, em Porto Alegre. “Tive uma sensação boa, pois fui bem acolhido no retorno, tendo encontrado pessoas legais e entusiasmadas para o trabalho”, lembra.

Quando abriu novo concurso do MP/RS, incentivado pela mãe, Denise, professora de Agronomia na UFRGS, mesmo sem muitas expectativas, Gabriel se inscreveu. Chegou para a 1ª fase tendo estudado pouco, mas após ser aprovado passou a recuperar o tempo perdido. Na prova de tribuna, ganhou mais confiança. Acabou sendo aprovado em todas as fases. Veio

o curso de Instrução, Orientação, Acolhimento e Integração, no CEAF, e a posse. Lotado na Promotoria Criminal da Tristeza, em Porto Alegre, ele conta com autorização temporária do Conselho Superior do MP.

Não parece ser a cadeira de rodas limitação para a missão idealista de Gabriel de contribuir para melhorar a sociedade. Embora nutra grande admiração pela luta do MP contra a corrupção, o jovem promotor imagina traçar seu caminho pela área da infância e adolescência. “Trata-se de uma intervenção na base da sociedade, o que pode ser muito produtor”, diz o promotor, também admirador da área de direitos humanos.

A respeito da atuação classista, acredita na ética como premissa. “Acho que uma associação tem de ser combativa, dentro daquilo que é justo.”



ADRIANA COSTA

Trabalho para as comunidades do Interior

Diferentes estágios na área jurídica, as atuações como assessora do Ministério Público e analista da Justiça Federal e a aprovação em primeiro lu-

gar no concurso aberto em 2012 figuram na trajetória de Adriana Costa. Aos 29 anos, a nova promotora de Marau, no norte do Estado, ingressa na carreira ministerial com uma base sólida de experiência. Ela foi investida no cargo inspirada pelos caminhos percorridos pelo pai, o promotor-corregedor do MP/RS Ari Costa, e pelo ideal de ser uma agente transformadora da realidade.

Adriana nasceu em Tapera e cresceu em Passo Fundo, polo econômico da região Norte. Durante o curso de Direito, ela realizou estágios no MP, no Tribunal de Justiça e na assessoria jurídica da UFRGS. Formada em 2007, passou pela Fundação Escola Superior do Ministério Público e concluiu uma pós-graduação. No ano seguinte, foi aprovada nos concursos para assessor e assistente do MP. Optou pela vaga de assessor e foi lotada em Soledade, onde ficou por mais de dois anos, e Passo Fundo. Ainda assumiria o cargo de analista no Tribunal de Justiça, atuando na Capital, até ser aprovada número 1 no concurso do MP e ser designada para Marau.

Sua motivação é ajudar as comunidades atendidas pelas Promotorias por onde passar. “Vejo-me daqui 20 anos atuando em cidades do Interior”, vislumbra. A abnegação da jovem para

conquistar o posto no MP é a mesma que pretende empregar no cumprimento de sua missão constitucional. “O promotor tem que se engajar à comunidade da localidade onde trabalha, vivenciar os problemas dessas pessoas”, defende.

ATENÇÃO À SOCIEDADE

Desde que assumiu a posição, Adriana convive diariamente como um extenso rol de atribuições ministeriais, em processos de diferentes áreas do Direito, o que lhe exige dedicação extra para fazer frente nas esferas criminal, de família ou cível. A jovem também atende o público diariamente e ali encontra respaldo social para cumprir suas funções de promotora. “Na teoria temos a visão do promotor de Justiça como um agente transformador da realidade. Na prática há muitas ferramentas para que isso aconteça, ainda que a solução para os problemas da comunidade demandem tempo maior do que o esperado”, diz.

Adriana almeja se especializar na defesa comunitária, assim como fez seu inspirador. “Quero seguir os passos do meu pai, que atuava muito junto à população”, salienta.

FELIPE LISBOA BARCELOS

De volta à casa inspiradora

Desde quando atuou como estagiário no Ministério Público do Rio Grande do Sul, em 2007, o novo promotor de Justiça de Planalto e Alpestre, no norte do Estado, Felipe Lisboa Barcelos, 29 anos, perseguiu o sonho de trabalhar na instituição gaúcha. Mesmo aprovado em um concurso público no MP-PR, não pensou duas vezes quando passou na prova do RS. Abriu mão de subsídios superiores no Paraná e preferiu voltar a viver perto da família e na terra onde nasceu o desejo de ser promotor de Justiça.

As primeiras ambições profissionais de Felipe estavam na Diplomacia. Preparou-se em cursos de línguas estrangeiras e morou cerca de um ano na Inglaterra e na França. Mais tarde ingressaria no curso de Direito da UFRGS, pela qual se formou em 2010, acumulando experiência como estagiário na 1ª Vara do Tribunal do Júri e como secretário de desembargador e assessor de juiz, em Porto Alegre. O despertar para a carreira no Ministério Público surgiu naturalmente. “Comecei a ver as atividades envolvidas e a conversar com os promotores com os

quais trabalhei. Vi ali que era a carreira que queria seguir”, lembra Felipe.

Depois de graduado, cursou a Fundação Escola Superior do Ministério Público e começou a se preparar para o concurso público do MP. Em 2012, inscreveu-se para as provas no RS e no PR. O processo seletivo paranaense foi mais célere, e Felipe aprovado. Ele assumiria como promotor substituto em maio de 2013, na região de Palmas. “Tomei posse lá, mas segui fazendo as provas daqui até o final”, conta. A maratona prosseguiu por 10 meses, até a aprovação e o retorno ao lar gaúcho. “Afinal, minha família é daqui e foi aqui que aprendi a gostar da carreira de promotor”, justifica.

DEFININDO PRIORIDADES

Há cerca de dois meses ele assumiu todas as atribuições do MP em Planalto e Alpestre. “No Paraná como promotor substituto, eu trabalhava com mais dois colegas. Aqui, estou tendo a responsabilidade de ser o promotor



responsável pelo andamento e gerenciamento da Promotoria e tenho que escolher as prioridades”, compara. Felipe tem as melhores expectativas com a carreira de promotor de Justiça e projeta se especializar nas áreas administrativa e criminal. “Espero trabalhar muito na área social, atender aos pedidos da população”, comenta.

O novo promotor de Planalto deseja que a AMP/RS atue em defesa de todos os colegas, da Capital e das comarcas iniciais. “É importante termos uma associação atenta à realidade das comunidades mais distantes”, sugere.



Ministério Público reflete sobre seus desafios

Com uma programação elaborada para discutir temas que desafiam o Ministério Público do novo milênio, o XII Congresso Estadual foi aberto na noite de 6 agosto, em Gramado. O evento, que ocorre até 9 de agosto, no Hotel Serra Azul, é promovido pela AMP/RS e propõe uma reflexão sobre os enfrentamentos sociais e políticos que desafiam a Instituição.

Em seu discurso de abertura, para uma plateia formada por membros da Instituição de todo o país e representantes do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, o presidente da entidade de classe, Victor Hugo Azevedo, lembrou que, em razão de sua atuação destacada no combate à criminalidade, à corrupção e em defesa do patrimônio público, o MP passou a gozar de inegável prestígio social. “No entanto, paradoxalmente, a Instituição enfrenta o período de maior cobrança e exposição de todos os tempos”, ressaltou.

O dirigente observou, ainda, que vicejam, no ambiente político-parlamentar, propostas e projetos para restringir prerrogativas e criar empecilhos e dificuldades ao pleno exercício das funções ministeriais. “As associações criminosas, especialmente aquele segmento delas que, como um parasita, se instalam nas entranhas dos poderes e instituições da república, sabem muito bem que os ini-

tigos a serem combatidos são as instituições públicas, entre as quais figura, em posição destacada, o MP”, destacou. “A máxima é de todos conhecida: fragilizar o Estado para dele se locupletar.”

DIREITO À CIDADANIA

Na seara criminal, sucessivas reformas legislativas e contestáveis posicionamentos jurisprudenciais impõem à Instituição responsável pela acusação pública uma verdadeira via crucis para concretizar a aplicação da lei penal e salvaguardar bens jurídicos fundamentais do homem e da sociedade. “É imperioso refletir sobre o caos do sistema penitenciário brasileiro, pretexto maior, às vezes inconfessável, daqueles que reduzem a capacidade interventiva do Direito Penal na regulação do comportamento das pessoas a um quase nada”, disse o dirigente da AMP/RS.

No campo político, Victor Hugo defendeu a rediscussão da capacidade eleitoral passiva de promotores e procuradores de Justiça. “Nada justifica que os membros do MP, e também da magistratura brasileira, regularmente afastados de suas atividades funcionais, não possam exercer plenamente a cidadania, apresentando seus nomes à avaliação dos eleitores como candidatos a cargos eletivos”, destacou.

A presidente da CONAMP, Norma Angélica Cavalcanti, e o procurador-geral de Justiça, Eduardo de Lima Veiga, também usaram a palavra. Em suas falas, fortaleceram o compromisso institucional do combate ferrenho e permanente à criminalidade e da busca incessante pelo respeito à Constituição e pelo cumprimento das leis.

AGENDA CIENTÍFICA

A programação do Congresso foi aberta na manhã do dia 7. O procurador da República da 4ª Região Douglas Fischer, o promotor de Justiça paranaense Fábio André Guaragni e o advogado e professor Fábio D’Ávila participaram do primeiro painel, abordando o tema **Direito Penal na Sociedade de Risco**.

À tarde, o painel **Infância e Juventude: Alternativas à Proposta de Redução da Maioridade Penal** reuniu o advogado gaúcho João Batista Costa Saraiva, o promotor de Justiça cearense Sérgio Louchard e o procurador de Justiça paulista Paulo Afonso Garrido de Paula. Na sequência, o promotor aposentado e ex-governador de São Paulo Luiz Antônio Fleury Filho e o conselheiro do CNMP Luiz Moreira Gomes Júnior discutiram o tema **Perfil constitucional dos membros do MP: do ideal ao possível**.

Personalidades recebem a Comenda Dirceu Pinto

Durante a solenidade de abertura do XII Congresso Estadual do Ministério Público, cinco pessoas foram agraciadas com a Comenda Dirceu Pinto, em reconhecimento ao envolvimento, dedicação, identificação e trabalho em prol do Ministério Público e de suas causas.

Norma Angélica Cavalcanti, presidente da CONAMP, foi homenageada por sua colaboração à Instituição e pelos relevantes serviços prestados na defesa dos interesses da classe.

Antônio Carlos Paiva Hornung, procurador de Justiça aposentado, teve reconhecida sua dedicação à vida associativa, seja como membro da diretoria--executiva, diretor de Esportes, da sede campestre ou assessor da diretoria, ao longo da carreira e na aposentadoria.

Vercilei Serena, promotor de Justiça, representa o modelo de atuação mi-

nisterial, pela trajetória abnegada e pela vida dedicada ao exercício da atividade fim do Ministério Público.

Ronaldo Nogueira, deputado federal, e **Jorge Pozzobom**, deputado estadual, receberam a Comenda pelo apoio no combate à aprovação da PEC 37.

QUEM FOI - Dirceu Pinto ingressou no MP em 1971, foi vice-presidente da AMP/RS e professor da FMP. Notabilizou-se como promotor no "Sequestro dos Uruguaios", em 1978. Dirceu Pinto foi promovido a procurador em 1986. Faleceu em abril do ano seguinte.



Premiados pelo Melhor Arrazoador Forense 2014

Os vencedores do "Melhor Arrazoador Forense 2014" foram premiados no segundo dia do Congresso. O certame, que recebeu trabalhos de excelente qualidade técnico-jurídico, atualidade e relevância institucional, teve como primeiro colocado o promotor **Mauro Fonseca Andrade**, com a peça *Mandado de Segurança de Natureza Criminal - Processo nº70052599974*. O promotor **Maurício Sanchotene de Aguiar** ficou na segunda posição, com *Ação Civil Pública - Processo nº00762.00014-2012*. A comissão julgadora foi formada por André de Azevedo Coelho, José Nilton Costa de Souza e Luiz Inácio Vigil Neto. A escolha dos premiados foi acompanhada pelo presidente Victor Hugo Azevedo e pelo vice-presidente de aposentados, Nilson Pacheco.

PROGRAMAÇÃO

8 de agosto

- 9h30min - Tribuna Livre
- 12h-14h - Almoço livre
- 14h - Painel : Conselho Nacional do MP: "O papel do CNMP e os desafios da Instituição MP"
- 16h - Coffee break
- 16h30min - Conferência de Encerramento: "As Instituições entre o individualismo e o inte-

resse público - o papel da ética"

- 18h - Encerramento
- 21h - Jantar de encerramento
- 23h - Show
- 23h45min - Baile

9 de agosto

- Manhã - Atividade esportiva

Cem vezes Réplica

CLÁUDIO BRITO*

Confesso que vasculhei meus guardados, busquei a velha pasta onde está a coleção quase completa e até me vali de um remédio imbatível para organizarmos a memória: fui ao Google! Em cada passo da pesquisa uma história inteira. Resolvi deixar de lado a preocupação com a cronologia e evitar citações nominais, que significariam longa lista para preencher toda uma edição ou mais. O que importa é a essência, a razão de ser do jornal Réplica, hoje muito mais uma revista, sem perder sua finalidade, de informar com atualidade e capacidade de projeção. Isso é realidade mais que nunca, se lembrarmos das versões on line.

O modesto boletim informativo dos primeiros anos ganhou nome e formato de pequeno jornal por iniciativa dos colegas que atuavam em Passo Fundo, nos primeiros anos da década de 80 do século passado. Bem assim, do século passado, gente amiga! O nome era a referência ao que talvez tenha sido o primeiro grande espaço da Instituição ante a sociedade, a Réplica no Júri. A peroração final, o instante derradeiro, a resposta definitiva ao crime em julgamento. Nossa Associação “adotou” o boletim com nome e tudo. E o Réplica nacionalizou sua repercussão, pois foi em suas páginas que o Ministério Público brasileiro aprendeu a seguir a construção da nova Constituição.

Papel jornal, tamanho tabloide, muitas fotos, diagramação, colunistas e repórteres. Um jornal, enfim.

Digamos que sua periodicidade seja irregular, sem data certa para sua versão impressa, que agora serve mais como acervo e repertório. As plataformas digitais cumprem muito bem o compromisso da instantaneidade, mas o que agora você tem diante dos olhos é documento irrefutável e sempre terá valor inestimável. Assim é que o Réplica chega à centésima edição em papel. Colorida, mais robusta que as primeiras, com a mesma agilidade que experimentamos no meio impresso em inesquecíveis momentos históricos.

Congresso Brasileiro do Ministério Público em Belém. O Réplica saiu das impressoras rotativas em Porto Alegre e viajou uma noite para amanhecer na capital paraense. Era 1994. Em Gramado e Canela, em eventos regionais, tínhamos experimentado o mesmo prazer de entregar o jornal aos colegas ao amanhecer, em seus apartamentos no hotel do conclave. Um feito, um gosto de fazer o melhor. O que importa é o conteúdo, no entanto. Constituinte, luta pela aprovação da Lei Orgânica, controle externo da atividade policial, subsídios e outros temas institucionais relevantes estão no elenco dos fatos da história brasileira

que o Réplica vem contando e eternizando. É aqui nessas páginas que manifestamos o que o livre pensamento manda registrar.

Aqui estamos contando mais um de nossos encontros em Congresso, este voltado aos enfrentamentos que esperam pela atuação forte e precisa dos Promotores e Procuradores. Todos os palcos dos embates de sempre esperam pelos representantes de nossa Instituição. E ainda os confrontos vindouros, que talvez ainda nem estejam cogitados, mas que virão, com certeza. É a destinação do Ministério Público. Nos sites, blogs, e-mails e nas redes sociais existentes e futuras contaremos o que surgir a cada dia, a cada hora. Aqui, no Réplica em papel, todavia, a perenidade, a permanência. Não haveria outra forma de festejarmos uma centena de edições.

O Réplica merece que todos lembremos o que representa e o que ainda significará em nossas vidas e para os pesquisadores futuros. Quando o Google for vetusto como hoje é o Orkut, ainda lá estará o Réplica contando a minha, a tua, a nossa história. A gente vai se falando. E que sejam mais frequentes as edições, ou não verei a edição número 200, mas ela virá, com certeza!

• Promotor de Justiça aposentado e Jornalista

Relação direta nas reuniões de núcleo

Em paralelo ao acompanhamento dos temas de interesse da classe ministerial em Brasília e na Assembleia Legislativa, os dirigentes da AMP/RS cumpriram intensa agenda associativa com seis reuniões de núcleo no primeiro semestre. Com a presença do presidente Victor Hugo de Azevedo ou do vice-presidente Sergio Harris, ou ambos, as reuniões de núcleo ocorreram em Canoas, Lajeado, Bagé, Santa Cruz do Sul e Ijuí.

A pauta abordou temas remuneratórios e institucionais, como a PEC 63, à espera de votação no plenário do Senado; o Projeto de Lei (PL) 221/2013, que se encontra na Comissão de Segurança e Serviços Públicos da Assembleia; e o PL 37/2013, que trata de maneira ampla dos auxílios alimentação, saúde, moradia e creche, cujo teor pode ser acessado em área restrita do site da AMP/RS.

No encontro de Bagé, em maio, tornou-se conhecida a nova coordenadora do núcleo, com a eleição da promotora Raquel Marchiri. Nas reuniões pelo Estado, os núcleos salientam a importância de continuar promovendo as reuniões. Nas visitas, cultiva-se a boa prática de diálogo fraterno e franco entre associado e Associação. “Mesmo com todo o avanços nas telecomunicações, nada pode substituir o contato pessoal e a conversa olho no olho”, diz o vice Sérgio Harris.



Movimento busca aprovação da PEC 63

As questões remuneratórias seguem na pauta da AMP/RS. Uma das principais mobilizações se concentra em Brasília, onde aguarda votação no plenário do Senado Federal a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 63, que institui a parcela indenizatória de valorização por tempo de serviço na Magistratura e no Ministério Público. A AMP/RS, em parceria com o Conselho Deliberativo da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP) e entidades representativas da magistratura estadual e federal, segue defendendo a proposta junto aos senadores.

Recentemente, em Brasília, em reunião da CONAMP, o tema foi debatido com a presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais, Eunice Carvahido (procuradora-geral de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios), e do presidente da Comissão de Acompanhamento Legislativo do CNPG, Lauro Nogueira (procurador-geral de Justiça de Goiás). Anteriormente, lideranças da magistratura e do MP pediram ao então presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB), que a matéria fosse votada antes do recesso de julho.

A PEC foi aprovada pela Comissão



de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado em maio. Outra vitória foi o arquivamento de três emendas que descaracterizavam o texto original ao incluir outras categorias como beneficiárias do adicional de tempo de serviço.

PROPOSTA NO SENADO

Segundo a CONAMP, a proposta valoriza a experiência acumulada pelos membros da Magistratura e do Ministério Público. Entretanto, mesmo com a aprovação da PEC 63, os valores recebidos

pelos beneficiários observarão as limitações da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Além de publicar nota favorável ao texto, a CONAMP assinou nota conjunta com as demais associações representativas do MP. Também apoiam a causa o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Conselho Nacional dos Procuradores Gerais (CNPG), a Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) e a Associação Nacional do Ministério Público Militar (ANMPM).

Um ano da grande vitória contra a PEC 37

Uma das mais importantes vitórias na história recente do Ministério Público, a rejeição da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 37 na Câmara dos Deputados sepultou uma tentativa de cercear a atuação do Ministério Público. A campanha contra o texto que retirava do MP a prerrogativa de realizar investigações criminais nasceu no Rio Grande do Sul, a partir da AMP/RS, e conquistou o apoio da população brasileira.

Vice-presidente do CONAMP, o presidente da AMP/RS, Victor Hugo Azevedo, integrou o comando da campanha e todas as mesas de discussão e de negociação políticas em Brasília. O trabalho incansável das entidades representativas do Ministério Público e a pressão popular derrubaram a PEC da Impunidade na Câmara dos deputados.

“RISCOS PERMANECEM”

A derrubada da proposta ocorreu pouco mais de 700 dias após ter sido apresentada pelo deputado federal e delegado de polícia aposentado Lourival Mendes (PTdoB-MA), único a defen-



der a PEC na tribuna durante a sessão de 25 de junho de 2013.

Ao lembrar a luta histórica, o presidente da AMP/RS alerta para as ameaças permanentes sobre o MP. “A PEC 37 foi derrubada, mas os riscos de imposição de retrocessos ao Ministério Público brasileiro permanecem rondando os gabinetes do Congresso e o ideário dos inimigos da legalidade e da democracia. Resta-nos, no entanto,

a certeza de que a causa ministerial tem outros defensores além de nós: todos aqueles que preferem viver em um verdadeiro Estado democrático de direito”, afirma Victor Hugo.

A sociedade aderiu à campanha do MP e se manifestou em todo o país. Em Porto Alegre, caminhadas e outras atividades contribuíram para gerar enorme pressão sobre o Congresso e garantir os poderes constitucionais do MP.

Não é de acreditar

MÁRIO CAVALHEIRO LISBÔA

Rosinha havia conhecido Jonas numa tarde de primavera, numa padaria. Ambos compravam pão. A escolha havia recaído sobre o mesmo tipo de pão – de batata –, mas olha que coincidência, são poucas as pessoas que gostam de pão de batata, e nós aqui, no mesmo horário, comprando pão de batata, é sem dúvidas um gosto diferenciado; e terminaram se casando. Do casamento nasceram os filhos. Um menino e uma menina. Não, não precisa mais trabalhar, insistiu Jonas, fique cuidando dos filhos, são os nossos tesouros. Rosinha concordou de bom grado, achou de fato mais importante a dedicação à maternidade que a um trabalho fora de casa. A infância é irrecuperável, dizia ela, necessita de cuidado integral. E assim se definiu a família. Jonas trabalhando, trazendo o pão de cada dia – de batata é claro – e Rosinha cuidando dos filhos.

Jonas era um marido e um pai afetuosos. Não ganhava muito, mas fazia o possível e o impossível para que sua família tivesse o essencial para uma vida digna. Saía cedo de casa, logo após o sol raiar, e voltava ao anoitecer. Depois de muito esforço, conseguira adquirir um automóvel financiado. A novidade foi muito bem recebida por todos os familiares, mormente pelos filhos, ainda pequenos. Agora poderiam passear, ir a lugares que antes seria muito difícil. As crianças queriam muito conhecer a orla do Guaíba na Zona Sul, tinham ouvido

falar que lá havia praia. Lá têm sereias, disse a menina, eu quero ver as sereias. Jonas disse-lhes que sim, que no próximo domingo iriam até a Zona Sul à procura de sereias.

Jonas permitia-se pouca diversão externa, jogo de bocha duas vezes por semana. Nada mais. Várias vezes, após esses jogos, ele se negara a sair na noite com alguns amigos, cair na farra, como era comum para os outros. Não, não e não! Após o jogo, Jonas voltava para casa. Tinha seus princípios. Tinha. Até o entardecer de sexta-feira, dois dias antes do prometido passeio à Zona Sul. Naquele dia, Jonas deixou de ter princípios. Já havia escurecido quando Jonas, ao voltar para casa, parou num cruzamento, obedecendo ao sinal vermelho. Junto a ele, parou uma moto com duas pessoas. O carona da moto apontou-lhe um revólver e disse que descesse do carro. Jonas prontificou-se a atender. Mas, ao levar a mão ao cinto de segurança para desprendê-lo, recebeu um balázio fatal. Morreu sentado.

O universo da família desabou. A filha ainda não entendia a causa de o pai não voltar para casa. A mãe tinha muita dificuldade em explicar para ela o que havia ocorrido. Toda a vez que a filha perguntava pelo pai, Rosinha sentia muito mal-estar, tinha a impressão de que seu coração estava se rasgando. O filho resignava-se a ficar parado pelos cantos, numa tristeza de dar dó. Havia um luto geral na casa. Em termos materiais, a



Wikimedia Commons

situação não era nada melhor. Tiveram de devolver o automóvel e passaram a morar de favor num galpão nos fundos do terreno de um parente. Não tinham dinheiro para nada.

O assassino foi preso e, após arastado processo, condenado. Alguns meses depois, Rosinha ficou sabendo, através de um conhecido, que a família do criminoso passara a receber auxílio-reclusão. O quê? Depois da morte de Jonas, eu e meus filhos fomos ignorados por tudo e por todos, não recebemos um tostão de ninguém e estamos passando imensas privações. Enquanto isso, a família do assassino passou a receber um auxílio do governo, um prêmio por ele haver matado meu marido? É isso mesmo? Não tenho palavras para expressar minha inconformidade, minha indignação. Hoje sinto uma dor assemelhada à que senti no dia em que Jonas foi assassinado. Isso não pode estar acontecendo. Não é de acreditar.

De Gabriel García Márquez a Eça de Queiroz

Mantendo uma tradição que cresceu nos últimos anos, o Grupo Literário dos associados da AMP/RS já analisou quatro obras este ano. Desde o primeiro encontro, no dia 27 de março, 15 colegas do Ministério Público do Rio Grande do Sul se debruçaram sobre livros de autores conhecidos internacionalmente.

Participaram dos encontros promotores e procuradores de Justiça, entre eles o presidente da Associação, Victor Hugo Azevedo, o vice-presidente Sérgio Harris e os colegas Airton Zanatta, Ana Cristina Cusin Petrucci, Angela Caren Dal Pos, Avelino Alexandre Collet, Carla Carrion Frós, Cynthia Feyh



Jappur, Daniel Ramos Gonçalves, Elaine Ribeiro Portela, Loreno Luiz Zambonin, Mário Cavalheiro Lisboa, Ricardo Vaz Seelig e Vera Maria Feyh.

Realizadas geralmente na última quinta-feira do mês, as reuniões na Sala de Convivência da sede administrativa da AMP/RS criaram um ambien-

te descontraído e aconchegante.

Ao sabor de petiscos e vinhos, foram analisados os livros “A Insustentável Leveza do Ser”, de Milan Kundera, “Memórias de Minhas Putas Tristes”, de Gabriel García Márquez, “Os Maias”, de Eça de Queiroz, e “As Intermittências da Morte”, de José Saramago.

AMP/RS é bicampeã nacional Sênior de futebol society

Pelo sexto ano consecutivo, a AMP/RS esteve no pódio do Torneio Nacional de Futebol Society do Ministério Público. E, pelo quarto, conquistou um título. A taça na 13ª edição, disputada de 30 de abril a 4 de maio, em Foz do Iguaçu (PR), veio com o bicampeonato na categoria Sênior, que reúne atletas acima de 53 anos. Em 2011, a AMP levantou a taça com a Força Livre, em 2012 viu a equipe Master comemorar o título e, no ano passado, o time Sênior conquistou o primeiro campeonato da categoria.

O time Sênior da AMP/RS venceu o título de forma invicta, com dois empates e duas vitórias, vencendo São Paulo na final por 2 a 1, com gols de Julio Cesar Pereira da Silva e Roberto Luis Oppermann Thomé. Também integraram a equipe o presidente, Victor Hugo Azevedo, e os colegas Ari Costa, Celso Antônio Três, Francisco Werner Bergmann, Gilmar Possa Maroneze, Gustavo Ronchetti, José Nilton Costa de Souza, Luiz Carlos Ferreira e Rossano Biazus.



TRAJETÓRIA DE SUCESSO

Para o diretor de Esportes da AMP/RS, Marcelo Tubino, a performance retrata a seriedade do trabalho e dos atletas. “Viemos, há anos, obtendo resultados importantes e significativos. Esse título, o segundo na categoria, em duas edições disputadas, é a materialização do êxito dessa caminhada”, diz. A performance não foi tão boa nas demais categorias. “Era o mesmo grupo representando o Estado na Força Livre e na Master, exigindo esforço muito grande e comprometendo a evolução na competição.”

Tubino anunciou que o ex-atacante Jacques, que participou da campanha do Grêmio na Libertadores da América de 1995, passa a ocupar o lugar do orientador Renato Lopez, o Camarão. “Tivemos uma experiência excelente com o Renato, mas chega um momento em que é preciso mudar algo. Agora, com a expectativa da renovação do grupo de atletas, a partir dos últimos concursos, começamos um novo trabalho.”

No encerramento, o presidente da Associação do Ministério Público de São Paulo, Felipe Locke, e a presidente da CONAMP, Norma Angélica Cavalcanti, anunciaram São Paulo como sede do torneio em 2015.

CAMPANHAS DA AMP/RS EM SEIS ANOS

2014

XIII Torneio Nacional de Futebol Society do MP
Local: Paraná
Campeão Sênior

2013

XII Torneio Nacional de Futebol Society do MP
Local: Rio de Janeiro
Campeão Sênior
Vice-campeão Master

2012

XI Torneio Nacional de Futebol Society do MP
Local: Goiás
Campeão Master
Vice-campeão Supermaster

2011

X Torneio Nacional de Futebol Society do MP
Local: Minas Gerais
Campeão Força Livre
3º lugar Super Master

2010

IX Torneio Nacional de Futebol Society do MP
Local: Paraíba
Vice-campeão Master

2009

VIII Torneio Nacional de Futebol Society do MP
Local: Distrito Federal
Campeão Master



Almoço dos Aposentados

O tradicional Almoço dos Aposentados da AMP/RS reuniu colegas e amigos em diferentes ocasiões este ano. A mais recente edição ocorreu no dia 31 de julho, reunindo associados, pensionistas e acompanhantes na sede campestre.

Os dirigentes da AMP/RS têm aproveitado os momentos de cordialidade para atualizar os associados sobre temas relevantes, como as questões remuneratórias, principalmente as relativas à PEC 63, que está por ser votada no plenário do Senado Federal. Os encontros também são espaço para calorosas conversas e homenagens aos aniversariantes de cada mês.

Momentos em Gramado

Brindes e conversas animadas marcaram o coquetel de abertura do XII Congresso Estadual do Ministério Público do Rio Grande do Sul, realizado no Hotel Serra Azul, em Gramado, de 6 a 9 de agosto. Foi uma noite especial para confraternização da classe, celebrando grandes momentos de alegria à família do Ministério Público, para compartilhar experiências, dividir opiniões, multiplicar conhecimento e comemorar importantes vitórias.

